



## **"Aldear a política": processos de promoção da legitimidade política de Sonia Guajajara**

### ***"Village Politics": processes to promote Sonia Guajajara's political legitimacy***

Leandro Araújo da SILVA<sup>1\*</sup>, Joaquim SHIRAIISHI NETO<sup>1,2\*\*</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal do Maranhão (PPGCSoc-UFMA), São Luís, MA, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Maranhão (PPDSR-UEMA), São Luís, MA, Brasil.

\* E-mail de contato: [leandro.araujo@discente.ufma.br](mailto:leandro.araujo@discente.ufma.br)

\*\* E-mail de contato: [shiraishineto@gmail.com](mailto:shiraishineto@gmail.com)

Artigo recebido em 3 de março de 2025, versão final aceita em 22 de agosto de 2025, publicado em 5 de dezembro de 2025.

**RESUMO:** O artigo objetiva examinar os mecanismos de promoção da legitimidade política de Sonia Guajajara, mulher tentehar, do Território Indígena Araribóia, no Maranhão, entre 2018 e 2023, a partir de suas atuações em movimentos indígenas brasileiros e na política eletiva, com destaque para sua luta pela ecologia e defesa da natureza. Trata-se de investigar dinâmicas presentes na trajetória de Sonia com base nas noções de lutas políticas e ambientais. Analisamos depoimentos disponíveis *on-line* no YouTube e em perfis no Instagram, além de documentos digitais: cartas, notas, relatórios e notícias disponíveis nos *sites* das organizações indígenas. Os resultados mostram a construção da personalidade política e da imagem pública de Sonia Guajajara, notadamente, como defensora dos direitos indígenas, das florestas e do clima. Por sua legitimidade e reconhecimento público em distintos campos (como das mobilizações políticas indígenas e da política partidária eleitoral), Sonia utiliza um conjunto variado de estratégias que permitem visibilizar essas e outras agendas dos movimentos indígenas.

*Palavras-chave:* lutas políticas; legitimação; mulheres indígenas; Sonia Guajajara.

**ABSTRACT:** The article aims to examine the mechanisms that promote the political legitimacy of Sonia Guajajara, a Tentehar woman from the Araribóia Indigenous Territory in Maranhão, between 2018 and 2023, based on her actions in Brazilian indigenous movements and in elective politics, with an emphasis on her struggle for ecology and the defense of nature. The objective is to investigate the dynamics present in Sonia's trajectory based on the notions of political and environmental struggles. We analyzed testimonials available online on YouTube and

---

Instagram profiles, as well as digital documents: letters, notes, reports, and news available on the websites of indigenous organizations. The results show the construction of Sonia Guajajara's political personality and public image, notably as a defender of indigenous rights, forests, and the climate. Due to her legitimacy and public recognition in different fields (such as indigenous political mobilizations and electoral party politics), Sonia uses a variety of strategies that allow her to highlight these and other agendas of indigenous movements.

*Keywords:* political struggles; legitimacy; indigenous women; Sonia Guajajara.

## 1. Introdução

Sonia Bone Guajajara, mulher tentehar, do Território Indígena (TI) Araribóia, no Maranhão, desponta como uma das mais destacadas articuladoras de mobilizações e de agendas dos povos indígenas em âmbito nacional e internacional, entre elas a agenda ambiental, central nas lutas do povo Tentehar. O percurso de Sonia agrega atributos comuns das trajetórias de lideranças políticas indígenas, entre os quais o fato de passarem anos entre os ditos “brancos”, o que é condição para adquirir educação e entender o mundo deles (Almeida, 2019). Em suas atuações, Sonia, como outras lideranças, aciona conhecimentos próprios do seu povo com aqueles adquiridos em experiências de formação escolar e nas organizações indígenas. Ela transita nesses e em outros diferentes espaços, planejando e articulando estratégias distintas.

A proposta do presente artigo é a de analisar a inserção da liderança Sonia Bone Guajajara nos movimentos indígenas maranhense e brasileiro, procurando destacar suas lutas políticas pela ecologia e em defesa da natureza e as disputas nos espaços da representação política. Discutimos suas estratégias, articulações e ações em mobilizações políticas indígenas. O objetivo é examinar os mecanismos de promoção da legitimidade política de Sonia, entre 2018 e 2023, a partir de suas atuações nos movimentos indígenas brasileiros e na política eletiva,

identificando dinâmicas com base nas noções de lutas políticas (Bourdieu, 2001) e ambientais.

Entre outras ações, em 2019, como coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Sonia esteve à frente da organização da Primeira Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, em Brasília, com o tema “Território – nosso corpo, nosso espírito”. Trata-se da principal agenda de luta dos povos indígenas do Brasil e, em particular, das mulheres indígenas: o território. Na ocasião, foi criada a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga). No mesmo ano, Sonia liderou a denominada Jornada “Sangue Indígena: Nenhuma Gota Mais”, na Europa, cujo objetivo foi “pressionar o governo brasileiro e empresas do agronegócio a cumprirem os acordos internacionais sobre mudança do clima e direitos humanos dos quais o Brasil é signatário” (Apib, 2019, on-line).

Analisamos essas e outras dinâmicas que perpassam a trajetória de Sonia Guajajara, inclusive em contextos de construção de articulações, seja para a realização de ações indígenas ou para a construção de campanhas políticas, como nas ocasiões de suas candidaturas aos cargos de vice-presidente do Brasil, em 2018, e deputada federal, em 2022. Trata-se de considerar as ações indígenas, cotidianas ou declaradas (Scott, 2002), como estratégias de construção de relações com outros agentes no campo das disputas políticas e sociais (Bourdieu, 2001). De

fato, a trajetória de Sonia insere-se tanto nos movimentos sociais, políticos e ambientais indígenas, como no campo das disputas políticas partidárias ou eleitorais.

Em termos teóricos, partimos da noção de lutas políticas (Bourdieu, 2021), acionando também o conceito de estrutura de oportunidades políticas (EOP) (Alonso *et al.*, 2007), a partir dos quais sugerimos que as lutas de Sonia Guajajara ocorrem em conjunturas que geram oportunidades de construção de ações de enfrentamento aos projetos que ameaçam os direitos e territórios indígenas. Conforme Bourdieu (2001), nas relações que constituem os processos de disputas sociais e políticas, os agentes lutam pelo reconhecimento e valor dos capitais herdados ou adquiridos, em um jogo de oposições e de distinções relacionais. Assim, supomos que a trajetória de Sonia pode ser analisada a partir de sua inserção no contexto de lutas políticas, sociais e ambientais locais, regionais e nacionais que contribuem para a incorporação e legitimação de disposições para jogar o jogo político.

Conforme Alonso *et al.* (2007), as EOP constituem momentos propícios nos quais ocorrem, em cadeia, reivindicações diversas (indígenas, quilombolas, afrodescendentes etc.) motivadas por violações de direitos. Desse modo, lançamos mão da noção de EOP para compreender a conjuntura recente das políticas federais relacionadas aos povos indígenas, especialmente no contexto do governo do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). O mencionado governo, embora não tenha sido o primeiro, “escancarou” um conjunto de condições aplicadas aos direitos dos povos indígenas, que caracterizam o que o autor em tela chamou EOP. Em nossa análise, tal conjuntura parece constituir um contexto de oportunidades de atuação de

movimentos e lideranças indígenas.

Para refletir sobre a possibilidade de construção das imagens públicas de Sonia Guajajara no contexto da construção de legitimidade política, recorremos a Grill (2015) e suas análises sobre biografias, memórias e múltiplas notabilidades. A reflexão sobre as construções narrativas e discursivas políticas no caso de Sonia Guajajara, mulher, liderança e indígena, também é inspirada na análise de Reis (2020) sobre “confissões políticas” de mulheres parlamentares. Assim, ao explorar pontos fundamentais da trajetória de Sonia, nosso foco concentra-se sobre as narrativas e as ações que permitem compreender os processos de construção de sua personalidade política, de liderança, imagem pública e agendas defendidas, notadamente no tocante à sua atuação em defesa da natureza.

Tais narrativas vão desde a origem e ancestralidade até os percursos de formação e experiências de liderança de Sonia em organizações indígenas e indigenistas e na política partidária. Entendemos as narrativas de Sonia sobre suas agendas e lutas, elaboradas com base em suas experiências históricas e coletivas, fundamentadas em sua cosmovisão e em seus conhecimentos, e dotadas de intencionalidades políticas, como mecanismos ou estratégias que ajudam na construção de seu reconhecimento político (Collovald, 1988). Tais discursos contra projetos que visam “violar” direitos indígenas, são forjados, no caso de nossa interlocutora, a partir de acontecimentos que compõem sua trajetória.

Como metodologia, além de discussão da teoria social proposta, utilizamos técnicas da etnografia para recolha dos dados. Foi realizada observação *on-line* em ambientes virtuais, em ações realizadas entre 2019 e 2023: a Jornada “Sangue Indígena: Nenhuma Gota Mais”, em que lideranças percor-

reram 12 países da Europa, durante 35 dias, entre outubro e novembro de 2019, fazendo reivindicações e denúncias do que consideraram violações dos direitos indígenas no Brasil; os Acampamentos Terra Livre (ATL), em 2020, realizado de forma *on-line*, que teve como tema “Ocupar as redes e demarcar as telas”, e 2021, com o tema “A nossa luta ainda é pela vida, não é apenas um vírus”.

Observamos a Assembleia Nacional de Resistência Indígena, em 2020, cujo documento final foi intitulado “A mãe terra enfrenta dias sombrios”; a ação denominada Abril Indígena, em 2020; a cerimônia de posse de Sonia Guajajara como Ministra dos Povos Indígenas do Brasil, em janeiro de 2023; e as entrevistas de Sônia à TV Fórum, em dezembro de 2022 e ao Programa Roda Viva, da TV Cultura, em 2023. Nesses eventos, além da realização de observações e anotações em caderno de campo, coletamos também declarações públicas de Sonia e outras lideranças. Das referidas declarações foram transcritos os trechos que atendiam aos objetivos da atual pesquisa. Analisou-se o livro da Coleção Tembetá, sobre Sonia Guajajara e que apresenta alguns de seus depoimentos.

Foram reunidos, ainda, documentos e arquivos digitais: a carta final da Assembleia Nacional de Resistência Indígena, de 2020, com o título “A mãe terra enfrenta dias sombrios”; notícia da Apib sobre a Jornada “Sangue Indígena: Nenhuma Gota Mais”, com o título “Comitiva de lideranças indígenas vai à Europa denunciar violações no Brasil”; duas notícias sobre honrarias concedidas a Sonia, uma no Portal da Câmara Municipal de Imperatriz e outra no jornal Brasil de Fato. Os ambientes virtuais de coleta dos depoimentos das lideranças e dos documentos

mencionados foram os canais da Apib, da TV Fórum e do Programa Roda Viva, no YouTube.

Além disso, foram consultadas publicações nos perfis do Fórum Maranhense de Mulheres (@forummaranhensedemulheres), da Articulação das Mulheres Indígenas do Maranhão (Amima) (@amima.ofc), do coletivo de comunicação Mídia Indígena<sup>1</sup> (@midiaindigenaoficial), da Associação Ka’aiwar dos Guardiões da Floresta do TI Arari-bóia (@associacaokaaiwar) e de Sonia Guajajara (@guajajarasonia), no Instagram. Os dados coletados foram transcritos e analisados à luz da teoria social proposta.

Todavia, atentou-se para as especificidades da história e das experiências de Sonia Guajajara, seu pertencimento e identidade indígena, seus percursos em processos escolares e suas lutas em defesa das florestas e dos direitos indígenas. Tal especificidade a distingue dos agentes até então estudados a partir das perspectivas teóricas adotadas. Assim, os parâmetros teóricos e as discussões propostas neste trabalho contribuem para refletir variados aspectos presentes na construção da legitimidade política de Sonia: os processos de construção de imagem, sua atuação como mulher indígena em agendas políticas, a construção de sua trajetória parlamentar, suas atuações em defesa de direitos de participação nas agendas ambientais e nos processos de construção de mobilizações indígenas.

Nos tópicos seguintes é oferecido um panorama das possibilidades interpretativas dos aspectos acima mencionados, que perpassam a construção das lutas e disputas que marcam os processos de elaboração e legitimação das imagens públicas de Sonia Guajajara, desde o que ela denomina como infância,

<sup>1</sup> Com a criação do Ministério dos Povos Indígenas do Brasil, após as eleições presidenciais de 2022, e as medidas que alteraram o nome da Fundação Nacional do Índio para Fundação Nacional dos Povos Indígenas, também o coletivo Mídia Índia passou a se chamar Mídia Indígena.

a transitar por mundos outros além do seu de origem, até sua ascensão ao campo político. Entende-se que o caso de Sonia pode ser considerado exemplar das dinâmicas que caracterizam lutas sociais, políticas e ecológicas em suas intersecções, como também permite aproximações e distanciamentos das abordagens de diversos autores (Collovald, 1988; Elias, 1994; Bourdieu, 2001; Grill, 2015; Reis, 2020).

## ***2. Sonia Guajajara: lutas políticas e ambientais, do Território Araribóia a mundos outros***

A partir da noção de lutas políticas (Bourdieu, 2021), é sugestível pensar que Sonia Guajajara busca, incorpora, constrói e apreende capitais, como os conhecimentos adquiridos em seu percurso escolar, desde a infância, e o ativismo em instituições indígenas e partidos políticos, como será visto. Desse modo, em 16 de dezembro de 2022, em Brasília, já eleita deputada federal pelo estado de São Paulo e indicada ao cargo de ministra dos povos indígenas do Brasil, Sonia concedeu entrevista para a Revista Fórum, ocasião em que retomou elementos marcantes de sua trajetória.

Eu venho do Maranhão, do Território Indígena Araribóia, [onde nasceu em 1974 e] onde eu vivi por toda a minha infância. Tive que sair muito cedo de casa para poder estudar, porque no nosso território e nos arredores [...] a gente só tinha as quatro primeiras séries. Fiz até a quarta série ali, junto com minha mãe, com meu pai, minhas irmãs [...]. Eu sempre tinha essa vontade de conhecer o mundo, de viajar, de me formar e de voltar para ajudar o meu povo. Meus pais nunca conseguiram estudar, são analfabetos de leitura, porque ignorantes nunca foram. [...] sempre souberam que a educação transforma o mundo. [...] Sou a segunda de oito irmãos, cinco mulheres e três

homens. E todos nós estudamos. Aos onze anos eu já não estava mais com a minha mãe. Saí para estudar na cidade vizinha, fui para Grajaú, depois Amarante, que é o meu município [...], e ali eu pude estudar o ginásio [dos 10 aos 14 anos], assim que era chamado o ensino fundamental menor. Aos quinze anos fui para Minas Gerais, a convite da Funai, onde pude estudar o ensino médio, fiz magistério, fiquei três anos num colégio interno, colégio agrícola [na cidade de Esmeraldas]. [...] voltei, fui trabalhar nas aldeias. Com pouco tempo que estava ali, tive vontade de sair de novo para estudar, foi quando fiz o curso de técnica de enfermagem [em 1995, em Imperatriz, Maranhão]. Voltei de novo para trabalhar na aldeia. Fiz medicina alternativa [entre 1993 e 1995, no Instituto Paulista de Promoção Humana em Lins, São Paulo]. Sempre pensando muito como eu poderia ajudar melhor. [...] queria poder discutir de forma mais ampla, queria pensar como melhorar a condição de vida [...], mudar aquela realidade, que já tinha muita exploração de madeira, destruição do nosso território. [...] Depois estudei letras na Universidade Estadual do Maranhão e, assim, comecei também a ir adentrando no movimento indígena (Quem..., 2022).

A origem social e etnicamente diferenciada de Sonia, filha de pais que não frequentaram os espaços escolares, quando relacionada à questão do capital cultural herdado (Bourdieu, 2007), influi nos caminhos que podem ser seguidos por ela. No entanto, Sonia optou por estudar para galgar outros degraus em sua vida. É possível analisar que a mulher tentear viu na possibilidade de adquirir conhecimentos, além daqueles herdados de sua ancestralidade indígena, um caminho aberto a oportunidades, inclusive para lutar política e socialmente por seu povo e pelo território, alvo de exploração madeireira.

O interesse e as lutas pela defesa dos direitos territoriais indígenas e ambiental são distinções que impulsionam os caminhos percorridos por Sonia.

Sua raridade, como liderança indígena destacada, (caracteriza) uma *expertise*, algo que Almeida (2019) analisou em termos de sagacidade nas relações sociais interétnicas e políticas indígenas e não indígenas, que parece ter sido construída pelas experiências e pelos aprendizados em diferentes espaços, mundos que vão além do TI Araribóia e das relações que nele ocorrem, os quais lhe permitiram acumular elementos que reforçam uma imagem de distinção. Como será visto, posteriormente o interesse de Sonia em lutar pela proteção de seu território atingirá proporções de uma luta pela defesa do equilíbrio climático em âmbito global.

Como sugerido pelo relato de Sonia, os títulos conquistados por ela ao longo de seus percursos são acionados quando se mostra oportuno na busca pelo reconhecimento no campo em que almeja ingressar. Trata-se de processos de aquisição e consagração de qualidades, atributos socialmente construídos, saberes escolares e experiências que lhe conferem habilidades acionadas nas relações com alteridades, seja com o Estado ou nas relações políticas dentro e a partir dos movimentos indígenas, na atuação ambiental e no campo das disputas políticas eleitorais, na construção de campanhas. Nessa direção, em discurso na cerimônia de posse como Ministra dos Povos Indígenas do Brasil, Sonia trouxe à memória:

Quando eu tinha dezessete anos, fui chamada por minha tia Maria Santana para conversar. Tia Maria é parteira e uma respeitada liderança espiritual. Como não foi um convite qualquer, pensei: “o que será que tia Maria quer?” Subi na garupa de uma moto e fui até à Aldeia Lagoa Quieta, no território Araribóia, no município de Amarante do Maranhão, onde é o meu território, para encontrar com tia Maria. Chegando lá, eu a encontrei com dois presentes, um colar e um maracá. Então ela me olhou e disse com aquela voz

serena: “Oh, minha filha, quero te entregar esses presentes, que são símbolos de liderança. E eu passo a você o poder da palavra. Você vai ter o dom da comunicação. Todo mundo vai te ouvir. Você vai crescer e tudo o que você tiver para falar não hesite, porque todo mundo vai parar para te escutar. Esse maracá vai ecoar e você será a porta-voz do nosso povo”. E por isso eu trago aqui essa pequena memória para lembrar que eu não estou aqui sozinha. Eu estou aqui com a força da nossa ancestralidade (Cerimônia..., 2023).

O relato permite analisar que, na história familiar de Sonia Guajajara, existem pertencimentos sociais que interferem nas “escolhas”, nas trajetórias e nas condições de possibilidades. O excerto sugere a confirmação da transmissão, por herança e ancestralidade, da habilidade de liderar, ao mesmo tempo em que é acionada como estratégia na construção da legitimação de sua posição como ministra, mulher capaz da política. Além dos espaços escolares e a atuação em organizações indígenas e em partidos políticos, Sonia evoca a distinção adquirida por herança, por tradição da família, graças à ancestralidade, ressaltando o fato de pertencer a uma família de lideranças mulheres marcadas pela luta (Figura 1), algo pouco comum e que, ao mesmo tempo, pode ser visto como sinal distintivo no jogo político *intra* e interétnico.

O atual estudo enfatiza que os capitais indígenas herdados, relacionados ao perfil da liderança tentehar, juntamente com os conhecimentos adquiridos em sua formação escolar e, posteriormente, na militância em movimento social, na agenda pela proteção dos territórios e das florestas e na inserção em partidos políticos, são mobilizados nos contextos de lutas políticas como sinais de expertise de Sonia. Dada a evocação da tia, na cerimônia de posse, cumpre afirmar que, entre os tentehar, uma



FIGURA 1 – Sonia Guajajara com a tia Maria Santana, na Aldeia Lagoa Quieta, TI Araribóia, em 2023.

FONTE: Instagram @guajajarasonia, 2023.

liderança não se apresenta sozinha nos grandes eventos: “eu não estou aqui sozinha”; normalmente, está acompanhada de caciques e de agregados que confirmam sua condição de líder, ou seja, de representante escolhido entre os mais sagazes (Almeida, 2019). No caso de Sonia, essa presença sugere, como defendemos, a construção de distinção com base em valores da ancestralidade tentehar.

Sonia iniciou sua atuação na política indígena em 2001, ao participar da Conferência Pós-Marcha, em Goiás (Guajajara, 2018). Como liderança nos movimentos indígenas, entre 2003 e 2009, foi secretária da Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (Coapima); a partir de 2009, atuou como vice-

coordenadora da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab); entre 2014 e 2021, foi coordenadora executiva da Apib, e em 2021, passou a conselheira na Amima. Nesses espaços, atuou nas agendas territoriais e ambientais indígenas, nas quais ganhou reconhecimento pela defesa das florestas. Tal contexto permitiu a construção de relações e parcerias com outras lideranças indígenas, como Maninha Xukuru, no Nordeste, Fausto Makuxi e Jecinaldo Sateré, na Amazônia, atuantes na Coiab. No Maranhão Sonia se aproximou de lideranças como Lourenço Krikati, Dori Gavião e Itamar Guajajara (Guajajara, 2018).

Houve também aproximações com as lutas de outros movimentos sociais: de mulheres, a exemplo do Fórum Maranhense de Mulheres; de direitos humanos, como o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Padre Josimo etc.; políticos; ambientais, Organizações Não Governamentais (ONGs), como Greenpeace e Survival; e agentes de instituições como o Tribunal Penal Internacional (TPI), a Organização das Nações Unidas (ONU) e as Conferências Mundiais do Clima (COP) etc. A ONG Survival é atuante diretamente no TI Araribóia, como parceira do povo Tentehar e, particularmente, do grupo de homens e mulheres autodenominado Guardiões da Floresta (Silva & Shiraishi Neto, 2025), em sua luta pela proteção do território, alvo de desmatamento pela exploração madeireira e avanço da pecuária.

Em 2018, Sonia foi candidata a vice-presidente da República pelo Partido Socialista (PSOL) em chapa que teve Guilherme Boulos como candidato a presidente. Essa condição lhe conferiu o *status* de primeira indígena candidata a vice-presidência na história do Brasil. Na ocasião, Sonia construiu aproximações com diversos atores nos meios: político,

como Manuela D'ávila, Marina Silva e Guilherme Boulos; artístico, a exemplo de Maria Gadu, Dira Paes e Leonardo de Caprio; midiático, como Rede de Juventude Indígena (Rejuind)<sup>2</sup> e Mídia Ninja, onde atuou como colunista. Tal contexto foi propício para a ampliação do campo de relações sociais e de parcerias que permaneceram nas lutas que se seguiram e foram importantes na visibilização das ações e agendas indígenas para outros setores da sociedade.

Em 2022, também pelo PSOL, lançou candidatura ao cargo de parlamentar na Câmara Federal pelo estado de São Paulo, tendo sido eleita, com votação expressiva. Nesse contexto, Sonia, que é do estado do Maranhão, mudou-se para São Paulo, movimento que foi favorecido pelas parcerias, especialmente com seu companheiro de partido, Guilherme Boulos, que também se candidatou a deputado federal, por relações construídas desde seus percursos pelas organizações indígenas, mas também pela construção de relações com agentes influentes do meio político brasileiro, artistas, lideranças e comunidades indígenas e outros.

Na referida campanha, sua agenda e de outras mulheres indígenas, como Joenia Wapichana (RR), Célia Xakriabá (MG), Vanda Vitoto (AM) e Rosilene Guajajara (MA), organizadas em torno da Anmiga, objetivou a construção do que nomearam como bancada indígena. A denominada “bancada do cocar” faz parte de uma agenda mais ampla dos movimentos indígenas brasileiros, especialmente das mulheres, cujo lema é “aldear a política”, com a proposição de candidaturas em âmbitos municipal, estadual e federal, com intenções de inserir perspectivas indígenas, nos espaços de fazer política com as alteridades, e a construção de políticas voltadas

para a promoção dos direitos indígenas e de proteção ambiental.

Em 2023, ano de início do terceiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, após um governo referido como de violência declarada contra os povos indígenas (Cruz, 2022), Sonia foi escolhida para assumir o cargo de ministra dos povos indígenas do Brasil, um momento inédito na história do país com a criação do Ministério dos Povos Indígenas. No meio indígena, concorreu com Joenia Wapichana (RR), deputada federal e primeira mulher indígena a ocupar tal posição, e Weibe Tapeba (CE), liderança indígena e vereador na cidade de Caucaia. Ambos faziam parte da lista tríplice sugerida pela Apib para assumir a pasta.

Conforme Sonia, a construção do ministério constituiu um passo importante na direção adotada pelas agendas indígenas no país, na medida em que, com isso, indígenas passam a ocupar posições relevantes no governo com possibilidade de influir nas tomadas de decisões, especialmente se considerarmos os efeitos danosos da denominada política anti-indígena implementada pelo governo anterior, de Jair Bolsonaro (Silva, 2021).

Na Carta final da Assembleia Nacional de Resistência Indígena, de 2020, as lideranças, entre elas Sonia Guajajara, mencionaram algumas das ações do referido governo com impacto direto nos territórios indígenas: a “suspensão das demarcações de terras indígenas, [...] a militarização sobre o comando dos órgãos de controle ambiental, os ataques a Mata Atlântica, o avanço do garimpo ilegal e as ações de milícias rurais que provocam queimadas e invasões ilegais na Amazônia” (Apib, 2020, on-line). Estas constituem ações do governo que

<sup>2</sup> Criada em 2009, durante o I Seminário Nacional de Juventude, a Rejuind propõe-se a “facilitar a informação e comunicação entre a diversidade de juventudes indígenas” (Rejuind, [2009?]).

provocaram, conforme relata o próprio documento, a “fragilização nos territórios indígenas [...]”. Essas medidas ampliaram o desmatamento na Amazônia deixando vulnerável nossa biodiversidade em todo país” (Apib, 2020, on-line). No trecho a seguir, em que discorre sobre o contexto da pandemia de Covid-19, observa-se que Sonia desafia o governo de Jair Messias Bolsonaro em luta e em defesa dos direitos indígenas:

[...] estamos sentindo todo o negligenciamento do governo federal. E sabemos que eles não vão fazer nada para evitar a morte das pessoas [indígenas]. [...] Nós estamos [...] buscando parcerias [...] para implementar esse plano, a partir do movimento indígena. No plano a gente tem medidas que é de responsabilidade do governo federal, do governo municipal e do estadual. Nós não podemos [...] assumir a responsabilidade do Estado [...]. Nós vamos continuar trazendo o que é possível da gente fazer de forma complementar e vamos seguir na pressão junto às três instâncias governamentais para assumir suas responsabilidades [...]. A gente é obrigada a ficar todos os dias escutando o secretário nacional da SESAI falar em tudo quanto é lugar, por meio de nota, nas reuniões, nas entrevistas: “a SESAI tem dinheiro suficiente para enfrentar essa pandemia, a gente não precisa de doações de ONG [...]”. Só que [...] ele não implementa nenhuma medida, ou preventiva ou de atendimento. Da mesma forma a Funai segue dizendo que tem um plano, mas cadê a execução desse plano? [...] Os órgãos responsáveis pela execução da política de proteção e de atendimento da saúde estão totalmente paralisados, totalmente omissos. [...] o que eles estão fazendo, na verdade, são práticas criminosas, de negar esse atendimento (Fórum..., 2020).

No excerto, vemos que Sonia não apenas descreve ações que caracteriza como negligentes e “criminosas” do governo, como menciona ações indígenas de enfrentamento, o que ao nosso ver,

relaciona-se com a noção de EOP (Alonso *et al.*, 2007). Nesse sentido, a mobilização de instrumentos de luta pelas lideranças políticas indígenas ocasiona uma tensão nas relações no campo de poder (Elias, 1994), forjando dinâmicas para a luta travada no âmbito das relações com o Estado e com outros agentes que se pretendem dominantes em relação aos povos indígenas. Pelo exposto, podemos afirmar que Sonia é um exemplo de agente política que rompe com as lógicas que a levam a assumir o pensamento comum dominante, posicionando-se contra ele, inclusive contra o pensamento do Estado, quando tal postura se faz necessária, ao contrapor-se às propostas de leis e a outras ações estatais que objetivam violar direitos já conquistados (Bourdieu, 2001).

O trecho a seguir descreve um evento ilustrativo dessas dinâmicas, quando Sonia fala da ocupação de novos espaços, porque a estrutura da transição do governo de Jair Messias Bolsonaro ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva teria sido favorável à participação, porque houve “vontade política”.

Para nós é um novo momento. Durante todos esses anos a gente se negou a participar da estrutura de Estado. [...] A gente não estava preparado para assumir esses cargos, não porque não tivesse a qualificação, mas porque o Estado não estava preparado para ter uma condução nesses órgãos por nós indígenas, porque era mais uma forma até de querer demonstrar incapacidade. Se não tem condição, se não tem estrutura, a gente não ia conseguir fazer um trabalho bem feito. E, agora, não é que tenha essa estrutura, mas tem essa vontade política, tem esse espaço para a gente chegar ocupando todos esses lugares que foram conduzidos por não indígenas, não fizeram muito bem. Então por que a gente não pode assumir agora? (Quem..., 2022).

Pelo excerto, é possível perceber que as atu-

ações de lideranças políticas indígenas em movimento, a exemplo de Sonia, em articulação com outros agentes e agendas, permitem a atualização de arranjos que provocam modificações no campo das relações e da estrutura social (Bourdieu, 2001). Tais processos, longe de serem imutáveis, apresentam-se em suas plasticidades, como circunstâncias e estratégias de redefinição de relações no jogo de lutas e disputas políticas (Elias, 1994).

### **3. Sonia, proteção das florestas, reconhecimento e construção de imagens públicas**

Grill (2015) discute sobre a construção de múltiplas identidades por meio da construção de narrativas autobiográficas, que são também, em nossa análise, construções de identidades estratégicas (Collovald, 1988) como possibilidades de conquista de reconhecimento e de prestígio. Conforme o autor, as múltiplas identidades resultam, por exemplo, da tarefa de escrever e de publicar livros sobre diferentes temas ou de diferentes gêneros literários. Tais processos constituem construções de recursos, sinais de distinção e raridade que, juntamente com os capitais herdados ou não, estão na base da pulsão da escolha por carreiras políticas pelos agentes (Bourdieu, 2001; Grill, 2015; Reis, 2020).

Os casos analisados por Reis (2020), as parlamentares Cristina Tavares (PE), Benedita da Silva (RJ), Marta Suplicy e Yeda Crusius (SP); e por Grill (2015), Afonso Arinos, revelam biografias marcadas por dilemas que evocam necessidades de ajustes que interferem nas condições de atuar no meio político. A partir desses autores, podemos afirmar que biografias, memórias, relatos e confissões podem manifestar a capacidade ou a possibilidade que o

próprio agente político tem de intervir na elaboração de sua imagem, numa relação com imagens que são construídas por outros.

Diferente dos agentes analisados por Grill (2015) e Reis (2020), Sonia atuou e atua em movimentos, organizações e ações indígenas, exercendo posições de liderança. No entanto, suas agendas vão além das lutas pelos direitos específicos indígenas. Ela constrói uma agenda de defesa das florestas e do equilíbrio climático no planeta, em contato com agendas de outros movimentos ambientalistas. Sua posição de defensora dos direitos indígenas, das florestas e do clima faz com que, com frequência, ela esteja nas mídias, seja em ações próprias indígenas em que realiza palestras e depoimentos, seja concedendo entrevistas (Figura 2) a revistas, canais de televisão nacionais e internacionais, no YouTube e *lives* no Instagram etc.

Em entrevista concedida ao Programa Roda Viva, da TV Cultura, em 20 de março de 2023, Sonia enfatiza:

[...] hoje nós estamos vivendo uma crise climática absurda causada, inclusive pela produção em larga escala [...]. [Os produtores] precisam também se adaptar para que a gente não siga promovendo a crise climática que o mundo todo hoje sente. [...]. Nós indígenas, por exemplo, a gente preserva a biodiversidade, protege o nosso território, protege o meio ambiente. [...] Então, [...] temos alternativas, nós temos que fortalecer a agricultura familiar, a agroecologia, essa agricultura sustentável [...], desde que não prejudiquem os modos de vida e nem o meio ambiente (Roda Viva, 2023).

Observa-se no excerto, a autoapresentação de Sonia como indígena que *preserva a biodiversidade, protege o território e o meio ambiente*. Mas, para além disso, a exemplo de outras lideranças de



FIGURA 2 – Sonia Guajajara em entrevista concedida no programa Roda Viva, da TV Cultura, em 2023.

FONTE: Portal Primeira Página, 2023.

movimentos indígenas no Brasil e proclamada por lideranças e organizações indígenas e indigenistas como guerreira da floresta e guerreira do clima, Sonia defende que, quando os projetos não indígenas do denominado desenvolvimento (hidrelétricas, mineradoras, madeireiras, especulação de terra etc.) atinjam os territórios indígenas, que estes sejam envolvidos, isto é, que haja participação dos povos indígenas nas decisões (Roda Viva, 2023). Essa ideia, inclusive, parece sustentar a tese do aldeamento da política. Em outras palavras, Sonia chama a atenção para o fato de que os indígenas precisam ser escutados. Nessa direção, Sonia afirma ainda que:

[...] agora a gente consegue trazer a pauta indígena, consegue trazer a pauta ambiental também para junto, para que as pessoas entendam que não tem

como defender o meio ambiente separado da defesa também da questão indígena, não dá, porque nós povos indígenas, o meio ambiente nós somos um só. Essa luta tem que ser junta, tem que ser a mesma. Quem defende o meio ambiente tem que ter essa consciência também que para garantir essa proteção ambiental é preciso garantir os direitos dos povos indígenas (Quem é..., 2022).

Em seus depoimentos, Sonia e demais lideranças tentam, sempre que falam da proteção dos territórios indígenas, relacioná-la à questão ambiental, entendida de modo mais amplo. Exemplo dessa articulação é quando se refere ao que os movimentos indígenas denominaram de “desmonte da política indigenista” e “desmonte da política ambiental”, do governo do presidente Jair Messias Bolsonaro. Assim, Sonia e demais lideranças defendem que a

luta indígena precisa ser articulada à luta ambiental.

Diversos autores discutem a relação entre crise ambiental e capitalismo. Ribeiro (2017) afirma que o planeta está mergulhado numa crise ambiental, a qual associa “às sucessivas crises econômicas e sociais do capitalismo” (Ribeiro, 2017, p. 34). Para o autor, as consequências da exploração predatória dos recursos naturais são dramáticas, e no presente, já causa o que denominou como impactos devastadores, além de, no longo prazo, “comprometer um futuro viável para as sociedades humanas e colocar em causa até a existência de vida no planeta” (Ribeiro, 2017, p. 34). Também para Löwy (2013, p. 81), a crise ambiental é “uma crise que se transforma, devido à mudança climática, numa crise de sobrevivência da espécie humana”, o que se relaciona ao que Sonia Guajajara defende ao argumentar que é necessário um *reflorestar do pensamento [...] para garantir a continuidade da vida no planeta* (Quem é..., 2022).

Escobar (2005) discute sobre a relação entre natureza e o denominado desenvolvimento no contexto do capitalismo globalizado. Para o autor, este último desconsidera os conhecimentos e experiências locais sobre a natureza. Ele considera necessário valorizar as experiências, conhecimentos e relacionamentos localizados com as naturezas ativas nos locais. Ribeiro (2017, p. 121) adiciona ao debate o alerta sobre a necessidade de se considerar as contribuições críticas dos movimentos sociais “nomeadamente ligados às causas ambientais, de defesa dos povos indígenas e de formas de produção alternativas”. Conforme sugere o depoimento de Sonia, os próprios movimentos indígenas, eles mesmos ligados às agendas ambientais, talvez proponham modos alternativos de produção. Os relatos dos indígenas tentehar, povo de Sonia, referem

a propostas como a das “práticas agroecológicas que respeitam a Terra e que são a base histórica da forma de viver do povo Tentehar” (Ka’aiwar, 2024, on-line).

Assim, Sonia Guajajara ilustra os movimentos e atuações indígenas pela proteção das florestas, também, no TI Araribóia. Nos dizeres das mulheres indígenas, Sonia é [referida como] “mulher terra”, “mulher bioma”. Supomos que essa expressão denota o vínculo profundo dela com o que as lideranças e os próprios movimentos indígenas, em geral, denominam como mãe-natureza ou mãe-terra. Conforme sugerem os depoimentos de Sonia, trata-se de outra natureza que não a dos modernos. Nesta concepção, a condição da natureza enquanto mãe não consiste em metáfora, pois indígenas e naturezas não são de dois domínios distintos (Ingold, 2015).

As expressões “mulher bioma” e “mulher terra”, carregam a noção de que não há separação entre as pessoas indígenas e o ambiente, expressa na afirmação *nós somos um só* (Quem é..., 2022). Entendido assim, o pensamento presente nas palavras de Sonia Guajajara contesta o lugar singular assinalado aos humanos no mundo pela noção moderna de humanidade. Desse modo, as lutas indígenas tentehar, e talvez as lutas indígenas no Brasil, como temos observado, articulam lutas ecológicas/ambientais e sociais/políticas.

Além das atuações políticas e ambientais mencionadas, é destacada a atuação de Sonia na construção e realização de ações, como as mais recentes edições do ATL, em 2020 e 2021, considerado a maior mobilização indígena nacional, e das Assembleias de Resistência Indígena, as quais acompanhamos em situação de pesquisa, ocorridos de forma *on-line* em decorrência das interdições de eventos presenciais pela pandemia de Covid-19.

Essas ações foram transmitidas na internet, a partir das redes da Apib, de âmbito nacional, para as redes das organizações: regionais, como a Coiab, na Amazônia; estaduais, como a Coapima e Amima, no Maranhão; e locais; de organizações indígenas, como a Mídia Indígena, Rádio Yandê e Rejuind; indigenistas, como Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e outras; parceiras e apoiadores, como a rede Mídia Ninja e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). As referidas articulações foram condição para a ampla visibilidade obtida pelo movimento indígena nacional e a atuação de suas lideranças. Tais eventos são propícios para que as lideranças demonstrem suas habilidades: capacidade de liderar, comunicar e negociar agendas com agentes diversos.

Tais qualidades quase sempre são acionadas por nossa interlocutora em contextos que Collovald (1998) conceitua como autoapresentação. Trata-se de uma aposta na carreira, em que múltiplas identidades são acionadas ou elaboradas tendo em vista a construção de distinção de políticos. Assim, os percursos de Sonia no meio político também parecem envolver múltiplas identidades a depender das circunstâncias e esfera de atuação: é mulher, indígena, liderança, com atuação na política indígena e na política eletiva, ativista ambiental etc. Seus depoimentos ilustram que suas estratégias de autoapresentação mobilizam instrumentos variados: discursos, memórias e imagens publicadas em suas redes sociais e nas redes de organizações indígenas.

Sua atuação internacional iniciou em 2008, quando esteve no fórum permanente da ONU sobre questões indígenas, em Nova York. Desde então, Sonia afirma que participou de todas as COP: Copenhagen (Suíça), Cancún (México), Durban (África do Sul), Doha (Catar), Rio+20 (Brasil) etc. (Guajajara, 2018). Mais recentemente, atuou em

várias denúncias de violações de direitos indígenas realizadas na ONU, no parlamento europeu e em COP. Em 2021, na coordenação da Apib, Sonia colaborou no encaminhamento da denúncia de genocídio contra os povos indígenas do Brasil e de crime contra a humanidade, no TPI, em Haia, tendo como acusado o então presidente Jair Messias Bolsonaro (Cruz, 2022). As atuações de Sonia em movimentos, mídias, organizações e construção de ações e agendas, ao mesmo tempo em que marcam suas lutas em defesa de direitos, são como que elementos de construção de distinções.

Dentre os prêmios e honrarias recebidas por Sonia, destacamos a Ordem do Mérito Cultural 2015 do Ministério da Cultura, no governo da então presidenta Dilma Rousseff. No mesmo ano, foi homenageada com a “Medalha 18 de Janeiro” pelo Centro de Promoção da Cidadania e Defesa dos Direitos Humanos Padre Josimo, em Imperatriz (MA). Ainda em 2015, recebeu a medalha de “Honra ao Mérito” do governo do estado do Maranhão, na gestão do então governador Flávio Dino, por sua luta em defesa do TI Araribóia. Em 2010, foi responsável por entregar o prêmio “Motosserra de Ouro” à então chefe da pasta da Agricultura, Kátia Abreu, uma crítica ao avanço da destruição ambiental e do agronegócio no país. Em 2022, recebeu o título de Cidadã Imperatrizense, pela Câmara Municipal (Barbosa, 2022).

Em 2019, Sonia recebeu os prêmios: “João Canuto pelos Direitos Humanos da Amazônia e da Liberdade”, da Organização Movimento Direitos Humanos; “Packard”, concedido pela Comissão Mundial de Áreas Protegidas da União Internacional para Conservação da Natureza (UICN). Em 2022, teve seu nome incluído na lista das 100 personalidades mais influentes do planeta (Figura 3),



FIGURA 3 – Sonia Guajajara eleita uma das 100 pessoas mais influentes do mundo, em 2022.

FONTE: Instagram @guajajarasonia, 2022.

homenagem feita pela revista *Time* (Coelho, 2022), por sua defesa das questões indígenas e ambientais. Na presente análise, tais honrarias, juntamente com outras atribuídas à sua personalidade, pelo ativismo em defesa das florestas, do clima e do planeta Terra funcionam como elementos estratégicos na busca de legitimação de sua posição nos diversos espaços e agendas em que atua.

Analizamos que as entrevistas de Sonia a programas de televisão, revistas e outras mídias, e a divulgação de ações nas redes indígenas fazem parte das estratégias das mulheres indígenas de ocupar es-

paços de fala e de fazer política, assim como também constituem estratégias de construção de imagem de liderança e oportunidades de autoapresentação. Na atualidade, são variadas as mídias indígenas que contam com a participação de indígenas maranhenses: Mídia Indígena, Rejuind, Mídia Guajajara etc. Nossas pesquisas têm apontado a relevância desses instrumentos com forte movimento de seus usos políticos pelos povos indígenas. Conforme Collovald (1998), estas mudanças têm implicações no funcionamento do jogo político, estabelecendo novas regras às quais os agentes têm de se adaptar.

Desse modo, nos movimentos indígenas, a atuação de Sonia e as assessorias de comunicação realizadas pelas redes revelam que as estratégias de produção e de divulgação da identidade são potencializadas pela utilização das mídias. Conforme Collovald (1988), podemos pensar que as identidades, resultantes de negociações, adotam estratégias de autoapresentação em conformidade com as regras específicas das instituições em que se inserem as personalidades políticas. Nesses processos, os constrangimentos funcionam como maneiras de atender às exigências de visões de mundo compartilhadas no campo social: regras, normas etc. (Bourdieu, 2001).

É possível observar que as imagens de Sonia Guajajara são construídas em processos de elaboração discursiva e visual de narrativas. Nesses contextos, são acionados títulos, heranças, medalhas, cargos, honrarias, reconhecimentos e ativismos: mulher, liderança, política, indígena (distinção étnica), ecologista. Todos esses atributos, como suas agendas ambientais, seus modos indígenas e suas propostas de relação com o território, são apresentados como móveis de valor para a proposição de alternativas outras de relação das pessoas humanas com a denominada natureza (florestas, rios e outros)

e, também por isso, como recursos de distinção e de legitimidade no jogo político. Assim, os processos de construção de imagens públicas acionados e vividos por Sonia Guajajara lhe conferem notabilidade, raridade e consagração (Bourdieu, 2001) como personalidade capaz da política.

A rede de comunicação Mídia Indígena é responsável pela assessoria de nossa interlocutora e de várias outras lideranças atuantes nos movimentos indígenas. Tal rede atua nos bastidores da construção e publicação de perfis, discursos, agendas, campanhas políticas e representações nos espaços digitais. No que se refere à articulação com tais instâncias, cabe considerar que Sonia é irmã do jornalista Erisvan Guajajara, fundador da referida rede, que teve origem no TI Araribóia e, posteriormente, obteve projeção nacional.

As imagens de Sonia são construídas também nos rituais, homenagens, modos de vida, agendas e lutas políticas. Há investimentos simbólicos e materiais no empreendimento de construção dessas imagens. Elas foram usadas, por exemplo, pelas organizações que manifestaram apoio à indicação de Sonia ao Ministério dos Povos Indígenas, quando concorreu com Weibe Tapeba e Joenia Wapichana<sup>3</sup>. Na elaboração de imagens, recorre-se também, no caso de indígenas, em especial na trajetória de Sonia, à dimensão da ancestralidade.

O relacionamento com os ancestrais, no domínio da política indígena e da construção da imagem de liderança, serve como elemento que fundamenta a construção da legitimidade. Sonia é, ainda, autora de discursos, entrevistas e declarações públicas (Guajajara, 2018) variadas em que constrói narrativas. Como foi visto, é detentora de heranças

culturais e simbólicas diferenciadas, laços familiares, experiências em processos de escolarização e atuação política e ambiental como liderança em organizações indígenas, partidos políticos, campanhas e mundos outros, denominados não indígenas. Ela constrói um sistema de relações que confirmam a ideia de que saber fazer política é saber jogar o jogo do outro (Almeida, 2019), dominando lógicas diferentes em distintos contextos.

#### ***4. “Aldear a política”: “reflorestar o pensamento” e combater as emergências climáticas***

A ascensão de Sonia Guajajara aos espaços de disputas políticas se insere no contexto de formação do denominado movimento político indígena brasileiro. Conforme Luciano (2011), foi a partir da Constituição de 1988 que os indígenas começaram a ocupar posições em instituições oficiais: conselhos, comissões, grupos de trabalho ministeriais, em áreas como educação, saúde, meio ambiente e agricultura. De acordo com o autor, essa participação tem relevância fundamental na construção das lutas políticas indígenas, enquanto movimento social organizado.

No contexto mais amplo de mobilizações no momento de transição democrática no Brasil, por volta dos anos 1970, 1980 e 1990, além do movimento indígena nacional, firmou-se como um movimento organizado o movimento ambientalista brasileiro (Alonso *et al.*, 2007), de modo que podemos afirmar que se entrelaçam as agendas de ambos os movimentos. Com efeito, a questão ambiental, no caso dos indígenas, está atrelada às lutas políticas e sociais por demarcação de territórios.

<sup>3</sup> Após a indicação de Sonia Guajajara ao Ministério dos Povos Indígenas, Joenia Wapichana foi anunciada como presidente da Funai, a primeira mulher indígena a ocupar o cargo.

Alonso *et al.* (2007) lembram que a formação do movimento ambientalista brasileiro se deu a partir de três EOP: o processo de redemocratização no Brasil, a Assembleia Constituinte e a estrutura proporcionada pela realização da Rio-92. Conforme os autores, a partir dessas EOP, formaram-se grupos de ativistas ambientais, construindo articulações estratégicas e simbólicas que levaram à constituição do referido movimento. Em nossa percepção, tal processo tem relação com a formação do movimento indígena. Munduruku (2012) chamou “campo de possibilidade” à capacidade de análise do momento pelas lideranças indígenas dos anos 1970, 1980 e 1990 como oportunidade de ação política na construção do movimento.

Essa capacidade de percepção também se revela nos discursos de Sonia sobre as recentes conjunturas sociais, políticas e ambientais. No trecho que segue, Sonia explica a ideia do “aldear a política” e como a agenda relaciona-se com as lutas por territórios.

O aldear a política foi uma iniciativa no ano passado [2022] no âmbito do Acampamento Terra Livre [...] que teve como tema principal: “Retomando o Brasil, demarcar territórios e aldear a política”. Entendendo que a demarcação de terras indígenas continua sendo a pauta prioritária dos povos indígenas. E, para isso, é importante que tenha representações indígenas nos espaços de tomada de decisão. Por isso que a gente fez essa sequência: demarcar territórios e aldear a política. Porque se não tiver pessoas [na política] que compreenda, que venha da necessidade de viver em um território, de ter sua identidade preservada a partir do território, podemos até ter aliados, como sempre tivemos, parceiros. Mas sendo um de nós nesses espaços é uma voz muito mais legítima. [...] Nós decidimos conjuntamente que eu aceitaria ir para o Ministério e a bancada do cocar, como a gente assim chamou, pudesse estar no Legislativo e no Exe-

cutivo e de uma forma articulada pudesse fortalecer essa presença, essa participação de mais mulheres indígenas (Roda Viva, 2023).

A ideia de “aldear a política”, aspecto central das lutas de Sonia Guajajara, faz parte da agenda de mulheres indígenas em movimentos no Maranhão e no Brasil. No processo político-eleitoral brasileiro do ano 2022, mulheres indígenas tentaram participar de disputas nas câmaras legislativas estadual e federal: Rosilene Guajajara, cacica da Aldeia Maçaranduba, na Terra Indígena Caru, descrita como “professora”, “educadora” e “guerreira da floresta”, encabeçou uma candidatura conjunta do Coletivo Guarnicê a uma vaga de deputada estadual no Maranhão (Bancada Indígena, 2022).

No mesmo processo, Sonia Guajajara candidatou-se a deputada federal pelo estado de São Paulo, defendendo a constituição de uma bancada indígena, também denominada “bancada do cocar”. Assim, as ações e mobilizações, da agenda do “aldear a política”, têm como objetivo a proposição de candidaturas indígenas a cargos políticos em instâncias municipais, estaduais e federais. No entanto, tal proposta vai além. Nos dizeres de Sonia, trata-se de uma tentativa de “reflorestar” o pensamento e os projetos políticos em diversas agendas, notadamente no tocante à questão ambiental. Em 16 de dezembro de 2022, em Brasília, Sonia Guajajara, eleita deputada federal e cogitada ao cargo de ministra dos povos indígenas do Brasil, concluiu uma entrevista concedida à Revista Fórum afirmando:

O recado que eu deixo é o chamado para a urgência da luta em defesa da mãe-terra e, para isso, a convocatória para o reflorestar mentes, esse reflorestar do pensamento, reflorestar das ideias, dos projetos [...].

---

O chamado é esse para essa nova consciência política, ecológica e global que o mundo precisa para a gente garantir a continuidade da vida no planeta (Quem é..., 2022).

Noutra ocasião, Sonia declarou que:

É necessário retomar e redescobrir o Brasil, demarcando territórios e aldeando a política, que precisa se tornar um espaço de reflorestamento de mentes e corações, e um instrumento de combate às emergências climáticas. Em um estado como São Paulo, que abriga uma das maiores cidades indígenas do Brasil, construir uma forma conjunta e democrática de conduzir nossos futuros parece muito urgente (Guajajara, 2022).

Reflorestar mentes, ideias e corações é uma proposta de movimentos indígenas contemporâneos no Brasil, nas agendas do denominado aldeamento da política e das lutas ambientais. Esta perspectiva expressa uma consciência indígena sobre a necessidade de retomar os valores ancestrais de conexão das e com as florestas (Krenak, 2022). Parece tratar-se de um convite à reconexão com as naturezas além da natureza moderna (Escobar, 2005), entendida como exterioridade ao humano (Latour, 2019). As múltiplas naturezas das experiências vividas pelos povos indígenas e de outros mundos sensíveis nos quais afirmam seus relacionamentos com os ancestrais, as encantarias e os seres espirituais das florestas (Kopenawa & Albert, 2015).

Conforme as narrativas de Sonia e das demais lideranças tentehar, a floresta é expressão de integralidade (Ingold, 2015; Descola, 2023) e de conexão entre todos os existentes, inclusive os seres considerados humanos. Nos dizeres de Sonia, *nós povos indígenas, o meio ambiente, nós somos um só* (Quem é..., 2022). Portanto, é possível sugerir

que reflorestar é retomar a conexão ancestral da/ com a floresta que, imersa nas relações com as alteridades, no caso dos tentehar, e de outros povos indígenas, não é dissociada da dimensão sagrada e das relações espirituais (Kopenawa & Albert, 2015; Krenak, 2022).

Na ocasião da votação da Medida Provisória (MP) 1154/2023, que, conforme Sonia, busca esvaziar completamente o Ministério dos Povos Indígenas, ao retirar a demarcação de terras indígenas deste ministério e transferi-la para o Ministério da Justiça, a ministra fez a seguinte declaração:

Todo mundo lembra da campanha do presidente Lula, que trouxe a pauta indígena para o centro de sua campanha eleitoral. Todo mundo lembra o compromisso de campanha de retomar os processos de demarcação das terras indígenas. Foi nessa perspectiva que foi criado o Ministério dos Povos Indígenas e que nos trouxe essa total confiança de assumir esse ministério. O mundo inteiro criou uma expectativa muito grande de que o Brasil pudesse retomar todo seu protagonismo no cenário internacional no que diz respeito ao combate à crise climática, à proteção do meio ambiente, da biodiversidade e dos direitos dos povos indígenas (Guajajara, 2023a).

Diante destes relatos, é possível analisar que as candidaturas indígenas são percebidas por suas lideranças como um campo de possibilidades de mobilização (Munduruku, 2012) e como estruturas de oportunidades. Tal análise ajuda a compreender também a articulação atual de lideranças políticas indígenas – a exemplo de Sonia – e suas estratégias de inserção na política eleitoral e nos espaços que elas denominam “espaços de poder” como estratégia para pautar suas demandas, entre as quais estão a proteção dos territórios e o que ela referiu como *combate à crise climática, proteção do meio*

---

*ambiente e da biodiversidade.*

A partir de Reis (2020), sugerimos que as relações entre militância nos movimentos sociais indígenas, como na agenda de proteção territorial e de defesa do clima, e atuações no campo político partidário eleitoral, mostram que o ativismo em organizações indígenas se torna um instrumento social na arena das disputas políticas partidárias. Ao tratar sobre as lutas das mulheres indígenas, no contexto de construção da Anmiga, Sonia afirmou:

[...] a articulação das mulheres indígenas que, não posso restringir ao período de instituição da Anmiga, porque a luta das mulheres indígenas também é secular e mesmo aquelas mulheres não visibilizadas, que não tiveram oportunidade de demonstrar, de ter uma repercussão, têm um trabalho importante no território. A luta das mulheres vem desde sempre, a luta tradicional (Roda Viva, 2023).

Assim, a primeira Marcha das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade, em 2019, teve como tema “Território, nosso corpo, nosso espírito” e a segunda marcha, em 2021, teve como tema “Mulheres originárias, reflorestando mentes para a cura da Terra”. Segundo Sonia, o tema da primeira marcha partiu do entendimento de que “o território e o corpo são a mesma coisa, não tem como separar” (Roda Viva, 2023). Conforme podemos analisar, os temas das referidas ações enfatizam o modo da relação indígena com o território, o que, conforme a atuação de Sonia, é condição estratégica para aliar as lutas de defesa ambiental às lutas por proteção dos territórios indígenas.

A construção das referidas ações e agendas da Anmiga ocorreu em um contexto de ações de política não indígena do Governo Federal. Para Sonia, a segunda marcha foi o momento em que as mulheres

entenderam que deveriam entrar nos processos de disputas políticas eleitorais. Esse argumento ajuda a sustentar a ideia de que as ações do governo de Jair Messias Bolsonaro em relação aos povos indígenas, conforme sugerem os discursos das lideranças, geraram uma EOP (Alonso, *et al.*, 2007) ou um campo de possibilidades (Munduruku, 2012). Nesse aspecto, Sonia falou das propostas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para os povos indígenas:

Nós estamos saindo de quatro anos onde a paralisação da demarcação das terras indígenas foi uma política pública, foi uma decisão política e nós precisamos destravar esses processos. Ainda no GT de transição nós fizemos esse levantamento. Nós identificamos quatorze processos com estudos prontos, com a portaria declaratória já assinada. E nós apresentamos ainda na transição ao presidente Lula que a gente iria precisar avançar com essa pauta. E logo depois que assumi o ministério foi a primeira pauta que a gente elencou na prioridade. [...] Nós esperamos que parte dessas quatorze terras sejam assinadas ainda nos cem primeiros dias do governo Lula (Roda Viva, 2023).

A EOP gerada pelo contexto de crise deflagrada pela relação do Estado com os povos indígenas desdobrou-se em mobilizações e protagonismos históricos que, como tem sido observado, levaram a um “aldear da política”, com a inserção de lideranças em partidos políticos e em campanhas de política eletiva nas esferas estaduais e federal. Como parte desses processos, houve a criação do Ministério dos Povos Indígenas do Brasil e a indicação da liderança Sonia Guajajara para a posição de Ministra no referido órgão – ministério e posição indígena sem precedentes na história do país. Nossa interlocutora entende que a construção do ministério e da denominada bancada do cocar são fruto dessa EOP, a partir da luta e da mobilização das mulheres indígenas. O

ministério foi descrito pela liderança Célia Xakriabá como “ancestral”, “ministério das florestas, da vida” (Cerimônia..., 2023), o que marca a especificidade indígena inscrita em tal construção.

Com base no exposto, é possível analisar que o “aldear a política” está intimamente vinculado à ideia referida por Sonia de ter *pessoas [na política] que compreendam e que venham da necessidade de viver em um território [indígena], de ter sua identidade preservada a partir do território* (Roda Viva, 2023). Nos dizeres de nossa interlocutora, ideia compartilhada por outras lideranças do movimento de aldeamento, a política aldeada consistiria em um *espaço de reflorestamento de mentes e de corações e um instrumento de combate às emergências climáticas*. Trata-se, em nossa análise, de reflorestar o pensamento e os projetos políticos, sobretudo no que refere à proteção das florestas e aos modos de vida indígenas. Assim, analisa-se que o aldeamento da política é um momento ímpar da trajetória de Sonia Guajajara, pois é quando ela entra na estrutura do Estado, como Ministra dos Povos Indígenas e como defensora das florestas e dos povos que vivem nela.

### **5. Mobilizações indígenas, repertórios e resistências políticas**

Diante da aprovação pela Câmara Federal, em 24 de maio de 2023, da urgência da votação do Projeto de Lei (PL) 490/2007, que trata do denominado Marco Temporal<sup>4</sup>, como em outros momentos de tensões que ameaçavam direitos, as lideranças e organizações indígenas convocaram uma mobilização nacional. A agenda das mobilizações indígenas

na ocasião da votação do referido PL, conforme anuncia o chamado da Coiab “Amazônia Indígena contra o Marco Temporal”, feito pelo Instagram, previa ações em Brasília, mas também nos territórios, com uma agenda cujo grito foi “Nosso marco é ancestral”, durante o referido julgamento, previsto para ser retomado em 7 de junho de 2023.

Conforme Tilly (Bringel, 2012), nos contextos de crise, as EOP constituem momentos propícios para a ocorrência de constelações de reivindicações. Uma série de instrumentos de luta, que o autor denominou repertório, pode ser mobilizada como recursos ligados à capacidade das organizações em conjunturas históricas específicas. Trata-se de momentos que o autor qualifica como de mudanças, crises e transições e que propiciam variações e mudanças de repertórios, no contexto das possibilidades de estratégias de ações coletivas. No caso aqui analisado, essas mobilizações e construções de ação política ocorrem na confluência das lutas de Sonia em distintos campos sociais, dos movimentos indígenas e ambientalistas e do campo político partidário eleitoral.

A proposta dos repertórios traz luz para a análise das ações dos movimentos indígenas. Os contextos de crises, como as lutas contra o denominado Marco Temporal e os agentes que o defendem, como a bancada ruralista no Congresso Nacional, e os contextos de ameaças aos povos indígenas, com invasões de territórios, assassinatos de lideranças, conflitos no campo e nas florestas constituem, na concepção deste trabalho, estruturas de oportunidades que acionam um repertório de possibilidades de ações: atos públicos, protestos, ocupação de espaços

<sup>4</sup> O mencionado PL foi aprovado em dezembro de 2023, tornado em Lei do Marco Temporal (Lei 14.701/2023), apesar de ter sido declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em setembro do mesmo ano. A referida lei limita o direito dos povos indígenas à terra somente às já ocupadas em 05 de outubro de 1988, dia da promulgação da Constituição Federal do Brasil. Posteriormente, foi proposto pelo Senado o Projeto de Emenda Constitucional 48/2023, a ser discutido pela Comissão de Constituição e Justiça, visa tornar constitucional a Lei do Marco Temporal.

públicos, como prédios da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e da Justiça Federal, por exemplo, bloqueios de estradas, assembleias indígenas, além de denúncias formais a instituições jurídicas e de defesa dos direitos humanos.

O trecho a seguir foi extraído do discurso do comunicador indígena Erisvan Guajajara, em homenagem a Paulo Paulino Guajajara, indígena assassinado em novembro de 2019 por defender a floresta do TI Araribóia. O discurso foi realizado no evento *Festival Ninja*, ocorrido em São Paulo, na ocasião do retorno da delegação da mencionada Jornada ao Brasil, em 30 de novembro de 2019:

Nós, povos indígenas, bravamente travamos uma luta em defesa dos nossos territórios, travamos uma luta em defesa de um bem [...] fundamental, o direito à vida [...]. Nós, povos indígenas, lutamos dias e noites em defesa da Mãe Terra [...], não só para povos indígenas, mas para garantir a vida do planeta e da humanidade. [...] Paulo Paulino Guajajara era um Guardiã da Floresta, um bravo guerreiro que lutava em defesa do Planeta Verde. Paulo Paulino Guajajara morreu não só por nós povos indígenas, morreu por todos aqueles que estão aqui presentes, pois Paulo Paulino Guajajara morreu para defender a vida. [...] Nós, povos indígenas, lutaremos por nós, pelos nossos ancestrais e pelas futuras gerações (Guajajara, E., 2019, informação verbal)<sup>5</sup>.

O assassinato de Paulo Paulino Guajajara foi notícia internacional, divulgada pelas lideranças na Jornada “Sangue Indígena: Nenhuma Gota Mais”. Essa campanha permitiu que o assassinato do guardião da floresta fosse mobilizado politicamente como instrumento de luta, e Sonia esteve na linha de frente, gerando visibilidade internacional. Assim, a oportunidade política chamou a atenção para a

discussão das causas indígenas no Brasil. Por ser Paulo Paulino um indígena tentear, liderança do grupo de guardiões, seu assassinato foi associado de modo estratégico a pautas ambientais, como a proteção e a defesa das florestas, mas também a agendas referentes aos direitos humanos e indígenas, como o direito à vida e à existência (Silva, 2024).

Para Tilly (Bringel, 2012), a ação coletiva suscita interesse, mobilização e organização, representando uma situação de oportunidade política e possibilidade de ação. Tais elementos podem ser observados nas motivações das mobilizações indígenas no Brasil contemporâneo, como naquelas provocadas pela contestação à tese do Marco Temporal e pelo caso Paulino, mas também no contexto de construção de candidaturas indígenas a cargos parlamentares. Para os povos indígenas, trata-se de momentos de crises política, social e econômica, e de oportunidade de ação política, com reflexos nas questões ambientais e nos movimentos sociais.

Os discursos de Sonia também podem ser analisados como discursos indígenas de resistência contra o que ela e os movimentos que participa consideram tentativas de dominação de povos indígenas e de seus territórios. Nesse sentido, as ações que ocorrem nas aldeias e nos territórios são articuladas às ações que ocorrem nos espaços públicos da luta política indígena aberta (Scott, 2002), o que pode ser ilustrado pela ideia de atuação e de mobilização política “do chão da aldeia ao chão de Brasília” (Amima, 2022), ou dos territórios aos “centros de poder”, considerados hegemônicos. Imagens simbólicas dos referidos centros são a capital federal brasileira e a cidade de São Paulo, que, nos discursos de Sonia, também são *centrais para a política nacional*, a segunda por sediar *grandes empresas cujas decisões*

<sup>5</sup> Trecho do discurso de Erisvan Bone Guajajara, proferido durante o *Festival Ninja*, São Paulo, 30 nov. 2019.

*afetam os povos e territórios pelo país* (Guajajara, 2022), o que também motivou a candidatura de Sonia ao parlamento pelo estado de mesmo nome.

Frequentemente, Sonia Guajajara compartilha em suas redes sociais, situações cotidianas de seus momentos na aldeia, tomando banho no rio (Figura 4) e andando pela floresta. Segundo ela, essas ações fortalecem e renovam suas energias para a luta. Conforme Scott (2002), tais ações assumem uma dimensão simbólica como atos de resistência que podem conduzir a formas de resistência aberta. Nessa direção, o autor ainda afirma que as resistências, na infrapolítica, embora às vezes possam parecer ações individuais, não decorrem de uma coordenação formal, mas de “redes informais densas, profundas e subculturas ricas de resistência a demandas externas” (Scott, 2002, p. 29).

As ações de Sonia na aldeia em contato com a terra, os rios e a floresta, como as temos observado, articulam atos cotidianos e ações públicas como próprios da *expertise*, da habilidade, da sagacidade do povo indígena Tentehar (Almeida, 2019). Por outro lado, essas ações indígenas, reúnem elementos da ancestralidade e da espiritualidade. Nesse sentido, não raro, Sonia retoma os aprendizados e valores ancestrais, espirituais como elementos simbólicos de luta política. Desse modo, o estar na terra vincula suas ações à dimensão espiritual, que, nas cosmologias e ontologias indígenas, não é dissociada da natureza, da Terra.

No que se refere à dimensão ancestral, como vimos, Sonia retoma a trajetória familiar, para afirmar sua posição como sobrinha de Maria Santana, chefe de uma família de mulheres lideranças, que, seguindo inspiração ancestral, afirmam a legitimidade da atuação política de mulheres tentehar como cacicas e como lideranças políticas para além da



FIGURA 4 – Sonia Guajajara toma banho no rio, Aldeia Lagoa Quieta, TI Araribóia, post no Instagram intitulado “Raízes que curam”, em 2023.

FONTE: Instagram @guajajarasonia, 2023.

chefia tradicional. Sonia introduz, assim, elementos como espiritualidade, ancestralidade, experiências e conhecimentos indígenas nos espaços de atuação política, o que, em nosso entendimento, são parte dos processos de “aldeamento da política”, mas também estratégia de legitimação e construção de imagem da liderança capaz de fazer e jogar o jogo político.

Nas ações indígenas, os elementos empíricos informam um modo ativo de posicionar-se ante as ações e circunstâncias de tentativas de dominação. Tal modo de posicionar-se constitui, nesta análise, resistência às ações de poderes diversos, suas tentativas de controle e dominação: sobre corpos,

vozes, territórios, imagens e outros. São, por parte dos indígenas, ações de desobediência. Assim, há lutas que são, ao mesmo tempo, discursivas e simbólicas, que estão nos interstícios de ações políticas declaradas, como o ATL, assembleias, protestos e as ações do chamado Abril Indígena, e contribuem para a construção da imagem pública e dos repertórios políticos indígenas.

## 6. Considerações finais

Este trabalho analisou elementos indicativos da construção da legitimidade política da indígena tentehar Sonia Bone Guajajara e examinou estratégias de construção de suas imagens públicas. Nos relatos, entrevistas e declarações públicas em que Sonia fala dela mesma, observou-se que tal agente adota estratégias de autoapresentação por meio da produção de narrativas. Nesses processos, aciona uma gama variada de repertórios: redes de comunicação com trabalhos de assessoria, comunicadores e jornalistas indígenas, construção de perfis públicos na internet, realização de entrevistas com personalidades consideradas influentes: celebridades, políticos, artistas, ativistas ambientalistas etc., e construção de campanhas políticas e de agendas de lutas indígenas. Em seu percurso, Sonia utiliza estratégias de notabilização, ao apresentar-se na forma como ela quer ser vista: qualificada, distinta, notável.

Todavia, à personalidade de Sonia nos meios midiáticos, ativistas, políticos e acadêmicos, são atribuídas qualidades como influência, distinção, raridade, sagacidade e capacidade de adaptação aos novos instrumentos e possibilidades de mobilização no jogo político e no meio midiático. Por sua legitimidade e seu reconhecimento público em distintos espaços, Sonia faz uso de estratégias que

permitem colocar em visibilidade suas agendas e/ou as agendas dos movimentos políticos e sociais indígenas. Tais agendas são parte da construção da imagem pública de Sonia Guajajara.

O caso aqui analisado permite refletir não apenas sobre a atuação de Sonia, mas sobre a atuação de mulheres indígenas na política, a partir do Maranhão, de modo específico. A análise do caso de Sonia permite estabelecer uma relação entre as mobilizações políticas nos movimentos indígenas e as movimentações na política partidária eleitoral, com o lançamento de campanhas de mulheres a cadeiras parlamentares e o aldeamento da política. Essa discussão situa-se, conforme Tilly, no contexto de uma demanda de pesquisas sobre movimentos sociais, em nosso caso, sobre movimentos indígenas e instituições políticas – as próprias organizações indígenas, como as redes de relações com outras organizações, partidos políticos e outras coletividades, sobretudo ONGs de escopo relacionado à defesa de causas ambientais.

Cumpra destacar que a investigação empírica realizada para elaboração do presente artigo não esgota o arcabouço de fontes sobre Sonia Guajajara, por isso, não pretendeu dar conta de seu itinerário político mais abrangente, nem tampouco examinar de modo exaustivo os condicionantes sociais que permitiram sua ascensão como liderança política. Assim, foram focados apenas alguns pontos, como as agendas da demarcação de territórios e de proteção das florestas, as quais consideramos centrais para a reflexão sobre os processos de construção da legitimidade política da referida interlocutora.

Metodologicamente, o presente estudo compreende um desafio que pode ter um alcance de mão dupla: a pesquisa que se baseia apenas em fontes digitais desafia o pesquisador a interagir com novas

metodologias; ao mesmo tempo, visibiliza os movimentos indígenas nas mídias e redes sociais, um lugar considerado não pertencente a essas pessoas. Cabe também mencionar as limitações próprias deste tipo de estudo, dado que se trata de fontes secundárias não permitem perceber as nuances dos bastidores da construção de assessorias, discursos, entrevistas, perfis e conteúdos para as mídias digitais. Trata-se de um campo de investigação aberto a novas contribuições.

## Referências

Almeida, E. R. M. A política vai à festa: *sagacidade e estratégia Tentehar nas relações interétnicas*. Brasília, Tese (Doutorado em Antropologia) – UNB, 2019.

Alonso, A.; Costa, V.; Maciel, D. Identidades e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. *Novos Estudos*, 79, 151-167, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/v7D5qBHntPtQzG4WQ9nCRcp/?format=pdf&lang=pt>

Amima – Articulação das Mulheres Indígenas do Maranhão. *Publicações*, [Brasília], 5 mai. 2022. [vídeo]. Instagram: @amima.ofc. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CdMrCqvMuyD/?igshid=MzRIODBiNWFIZA==>. Acesso em: mai. 2023.

Apib – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. A mãe terra enfrenta dias sombrios. In: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. *Notícias*. [Brasília], 10 maio 2020. Disponível em: <https://apiboficial.org/2020/05/10/carta-final-da-assembleia-de-resiste%cc%82ncia-indigena/>. Acesso em: ago. 2020.

Apib – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Comitiva de lideranças indígenas vai à Europa denunciar violações no Brasil. In: Conselho Indigenista Missionário. *Leia mais*. [Brasília], 11 out. 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/10/comitativa-de-liderancas-indigenas-vai-a-europa-denunciar-violacoes-no-brasil/>. Acesso em: jul. 2020.

Bancada Indígena. Coletivo Guarnicê (com Rosilene Guajajara). *Campanha Indígena*. 2022. Disponível em: <https://campanhaindigena.info/project/coletivo-guarnice-com-rosilene-guajajara/>. Acesso em: set. 2022.

Barbosa, F. Sonia Guajajara recebe título de Cidadã Imperatrizense. *Portal da Câmara Municipal de Imperatriz*, 23 mar. 2022. Disponível em: <https://www.camaraimperatriz.ma.gov.br/noticia/sonia-guajajara-recebe-titulo-de-cidada-imperatrizense>. Acesso em: set. 2022.

Bourdieu, P. Violência simbólica e lutas políticas. In: Bourdieu, P. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 199-233, 2001.

Bourdieu, P. As categorias do juízo professoral. In: Bourdieu, P. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, p. 185-216, 2007.

Bringel, B. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. *Sociologia e Antropologia*, 2(3), 43-67, 2012. doi: [10.1590/2238-38752012v233](https://doi.org/10.1590/2238-38752012v233)

Cerimônia de posse da Ministra Sonia Guajajara. [Brasília]: Apib, 11 jan. 2023. 1 vídeo (136 min) Publicado pelo canal Apiboficial. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SawBmzH8Fas>. Acesso: jan. 2023.

Coelho, R. D. Sonia Guajajara entra na lista das 100 pessoas mais influentes do mundo pela revista “Time”. *Brasil de Fato*, 23 mai. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/23/sonia-guajajara-entra-na-lista-das-100-pessoas-mais-influentes-do-mundo-pela-revista-time>. Acesso em: set. 2022.

Collovald, A. Identité(s) stratégique(s). *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 73, 29-40, 1988. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/250287003\\_Identites\\_strategiques](https://www.researchgate.net/publication/250287003_Identites_strategiques)

Cruz, F. S. M. Letalidade branca: *negacionismo, violência anti-indígena e as políticas de genocídio*. Brasília, (Doutorado em Antropologia) – UNB, 2022.

Descola, P. *Para além de natureza e cultura*. Niterói: Eduff, 2023.

Elias, N. Apêndice. In: Elias, N. *O processo civilizador: uma*

história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 214-251, 1994.

Escobar, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: Lander, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, p. 63-79, 2005.

Fórum Maranhense de Mulheres. *Publicações*. [Imperatriz], 04 jun. 2020. Instagram: @forummaranhensedemulheres. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CA\\_cAkZpBID/](https://www.instagram.com/p/CA_cAkZpBID/). Acesso em: ago. 2024.

Grill, I. G. As múltiplas notabilidades de Afonso Arinos: biografias, memórias e a condição de elite no Brasil do século XX. *Revista de Sociologia e Política*, 23(54), 21-42, 2015. doi: [10.5380/rsocp.v23i54.41471](https://doi.org/10.5380/rsocp.v23i54.41471)

Guajajara, S. *Publicações*. São Paulo, 31 ago. 2022. Instagram: @guajajarasonia. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ch7aVK5OsZl/>. Acesso em: ago. 2022.

Guajajara, S. *Publicações*, [Brasília], 24 mai. 2023a. [vídeo]. Instagram: @guajajarasonia. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cso73RwOixL/>. Acesso em: mai. 2023.

Guajajara, S. *Publicações*, [São Luís], 28 mai. 2023b. [vídeo]. Instagram: @guajajarasonia. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CsynNUlt8Vf/>. Acesso em: mai. 2023.

Guajajara, S. *Sônia Guajajara*. Cohn, S; Kadiwel, I (Orgs.). Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2018 (Coleção Tembetá).

Ingold, Tim. *Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes, 2015.

Ka'aiwar, A. *Publicações*. [Terra Indígena Araribóia], 28 jun. 2024. Instagram: @associacaokaaiwar. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/C8w2nBaxGTN/?img\\_index=4](https://www.instagram.com/p/C8w2nBaxGTN/?img_index=4). Acesso em: jul. 2024.

Kopenawa, D.; Albert, B. *A queda do céu*. Palavras de um xamã yanomami. Companhia das Letras: São Paulo, 2015.

Krenak, A. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Krenak, A. [s. l.], 4 set. 2014. *Índio cidadão: grito 3*. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k>

[WMHiwdbM\\_Q&t=149s](#). Acesso em: abr. 2023.

Latour, B. *Políticas da natureza: como associar as ciências à democracia*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

Löwy, M. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. *Caderno CRH* 26(67), 79-86, 2013. doi: [10.9771/ccrh.v26i67.19492](https://doi.org/10.9771/ccrh.v26i67.19492)

Luciano, G. S. Educação para manejo e domesticação do mundo entre a escola ideal e a escola real: *os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro*. Brasília, Tese (Doutorado em Antropologia) – UNB, 2011.

Munduruku, D. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970 – 1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.

Quem é Sônia Guajajara, indígena cotada para assumir o Ministério dos Povos. [Santos]: *TV Fórum*, 20 dez. 2022. 1 vídeo (38 min). Publicado pelo canal TV Fórum. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=k1kdSZEbg\\_Y](https://www.youtube.com/watch?v=k1kdSZEbg_Y). Acesso em: jun. 2024.

Reis, E. T. “Confissões políticas” de mulheres parlamentares. *REPOCS: Revista Pós Ciências Sociais*, 17(34), 189-214, 2020. doi: [10.18764/2236-9473](https://doi.org/10.18764/2236-9473)

Rejuind – Rede de Juventude Indígena (Brasil) ([2009?]). Sobre: Mais informações. *Informações adicionais*. Facebook: Rejuind – Rede de Juventude Indígena. Disponível em: <https://www.facebook.com/rejuind/about/>. Acesso em: nov. 2020.

Ribeiro, F. B. *Uma sociologia do desenvolvimento*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2017.

Roda Viva, Sonia Guajajara. [São Paulo]: *TV Cultura*, 20 mar. 2023. 1 vídeo (109 min). Publicado pelo canal Roda Viva. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B12M6SREEsw>. Acesso em: mar. 2023.

Scott, J. C. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, 21(1), 10-31, 2002. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/175/160>

Silva, L. A. Fronteiras em movimento: *resistências, protagonismos e lideranças indígenas na Amazônia maranhense*. Imperatriz, Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFMA, 2021.

---

Silva, L. A. Morte e luta, silêncio e voz: o caso do assassinato do guardião indígena Paulo Paulino Guajajara, no Maranhão. *Antropolítica – Revista Contemporânea de Sociologia*, 56(1), 1-27, 2024. doi: [10.22409/antropolitica.i.a56278](https://doi.org/10.22409/antropolitica.i.a56278)

Silva, L. A.; Shiraishi Neto, J. Movimentos indígenas tentem Guardar a Floresta na Amazônia maranhense. *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, 17(3), 189-214, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/pracs/article/view/518/425>